

Andre Gunder Frank

ACUMULAÇÃO DEPENDENTE
E SUBDESENVOLVIMENTO

repensando a teoria da dependência



editora brasiliense
1980

Índice

Prefácio, 9

Agradecimentos, 17

Epígrafe, 19

1. Questões Introdutórias, 21

1. A Questão da Determinação "Interna" versus "Externa", 22
2. A Questão da Periodização, 28
3. Questões de Produção e de Intercâmbio, 31

2. Acumulação Mundial de Capital, Padrões de Comércio e Modos de Produção, 1500-1770, 34

1. Triângulos Comerciais, 35
2. Transformação Diferencial dos Modos de Produção na Ásia, África e América Latina, 39

3. Sobre as Origens do Desenvolvimento e Subdesenvolvimento no Novo Mundo: Smith e Marx versus Weberianos, 47

1. Sobre a Tese de Weber, 47
 - A. A Significação da Tese de Weber, 47
 - B. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo, 50
 - C. Resíduos Weberianos Não-ortodoxos, 53
2. Sobre Adam Smith e o Novo Mundo, 56
3. Sobre Karl Marx e a Acumulação de Capital, 61
4. Sobre a Acumulação Mundial, o Intercâmbio Internacional e a Diversidade de Modos de Produção no Novo Mundo, 67
 - A. Economias de Mineração no México e no Peru, 69
 - B. Agricultura de Pequenos Proprietários nas Possessões Espanholas, 71

- C. **Transformação: O Caso de Barbados**, 75
- D. **O Sistema de *Plantation* no Caribe e no Brasil**, 76
- E. **O Sul dos E.U.A.: *Plantations* Escravistas versus Agricultura de Subsistência**, 80
- F. **O Nordeste dos E.U.A.: Agricultura de Subsistência versus Comércio Exterior**, 83
- G. **Epílogo — Adiado por Dois Séculos**, 95
4. ***A Revolução Industrial e a Pax Britannica, 1770-1870***, 97
1. **Acumulação Metropolitana de Capital e Revolução Industrial na Europa**, 98
 2. **Política Industrial Burguesa e a Nova Divisão Internacional do Trabalho**, 102
 3. **América do Norte**, 107
 4. **América Latina**, 110
 5. **Índia**, 116
5. ***Que a Extensão do Mercado Interno é Limitada pela Divisão Internacional do Trabalho e pelas Relações de Produção***, 121
1. **Sobre o Comércio**, 122
 - A. **Sobre Clássicos e Reformadores**, 122
 - B. **Sobre a Vantagem Comparativa e o Livre-Comércio**, 123
 - C. **Sobre os Termos Deteriorados de Comércio**, 131
 - D. **Sobre o Intercâmbio Desigual**, 133
 2. **Sobre os Mercados**, 141
 - E. **Sobre o Dualismo**, 141
 - F. **Sobre a Teoria do Produto Básico**, 143
 - G. **Sobre as Ligações**, 144
 - H. **Sobre o Desenvolvimento do Mercado Interno**, 153
 - I. **Sobre a Indústria Nascente e a Substituição de Importações**, 161
 - J. **Sobre a Divisão do Trabalho e os Hiatos Tecnológicos**, 163
 3. **Sobre a Produção e a Acumulação**, 167
 - K. **Sobre Setores Econômicos e Classes**, 167
6. ***O Imperialismo e a Transformação dos Modos de Produção na Ásia, África e América Latina, 1870-1930***, 174
1. **Rosa Luxemburgo e sua Obra *Luta imperialista contra a economia camponesa e natural***, 176
 2. **Imperialismo na Ásia**, 181
 3. **O Imperialismo e o Mundo Árabe**, 190
 4. **O Imperialismo e a África**, 193
 5. **O Imperialismo na América Latina**, 201
7. ***Desequilíbrios no Comércio Multilateral de Mercadorias e Desenvolvimento Econômico Desigual***, 210
1. **Padrões de Desequilíbrios no Comércio Mundial**, 211
 2. **Contribuições do Capital Colonial e Semicolonial para a Acumulação Metropolitana e o Investimento Externo**, 229
 3. **Apêndice Estatístico e Metodológico**, 241
- Bibliografia**, 252

Prefácio

Este livro é uma tentativa de abordar uma explicação do subdesenvolvimento através da análise das relações dependentes de produção e de troca no interior do processo mundial de acumulação de capital. Daí a escolha do seu título.

Distinguimos três estágios ou períodos principais neste processo mundial de acumulação de capital e de desenvolvimento capitalista: o mercantilista (1500-1770), o capitalista industrial (1770-1870) e o imperialista (1870-1930). Cada um destes períodos é examinado em um capítulo histórico que coloca inicialmente os desenvolvimentos importantes do processo mundial de acumulação de capital, concentrando-se especialmente nas relações de “troca” entre a metrópole e a periferia, para depois analisar a transformação associada das relações de produção “internas” e dependentes e o desenvolvimento do subdesenvolvimento em cada uma das principais regiões da Ásia, África e das Américas. Cada um destes capítulos “históricos” é seguido por um outro, “teórico”, que discute um problema importante da teoria socioeconômica (e dos fatos históricos) que surge de cada um desses períodos: porque regiões diferentes do Novo Mundo das Américas — especificamente as regiões de mineração e de *plantation*, por um lado, e as colônias do nordeste da América do Norte, por outro — tomaram diferentes caminhos de subdesenvolvimento e desen-

6 O Imperialismo e a Transformação dos Modos de Produção na Ásia, África e América Latina, 1870-1930

Nossa análise dos três estágios da acumulação mundial de capital e do desenvolvimento de subdesenvolvimento na Ásia, África e América Latina procurou contribuir para o esclarecimento das relações entre o processo histórico mundial de desenvolvimento capitalista desigual, as relações e mecanismos de troca que drenam capital dos países colonizados para a metrópole e as transformações nos modos de produção da última que permitem esta drenagem mas, ao mesmo tempo, desenvolvem o próprio subdesenvolvimento estrutural daqueles. Frequentemente, mais do que a proporcionar respostas, fomos obrigados a levantar questões sobre este processo. E, adiante, teremos que fazer o mesmo ao examinarmos a transformação dos modos de produção na Ásia, Oriente Médio, África e América Latina durante o terceiro estágio — imperialista — de acumulação mundial de capital e desenvolvimento capitalista.

A transformação dos modos de produção e o desenvolvimento de subdesenvolvimento na Ásia, África e América Latina durante o terceiro estágio de acumulação mundial de capital e do desenvolvimento capitalista somente foi objeto de pequenos exames históricos (ou contemporâneos) e raramente de qualquer análise teórica (antes de 1970). Os economistas metropolitanos esqueceram a observação e o conselho de Adam Smith sobre a

miséria nas colônias e assumiram quase universalmente que uma atitude de “fardo do homem branco”, que aumentava o contato, a integração mais íntima, a difusão de capital, tecnologia, instituições, etc., poderia apenas resultar no desenvolvimento dessas regiões (para críticas veja Aguilar e Coatsworth). Os antropólogos — que se “especializam” no estudo de “nativos” no exterior — têm, por sua parte, suposto em vez disso que as sociedades que estudam estiveram “tradicionalmente” em repouso, como eles as encontraram, e imutáveis: lendo-se os estudos de Radcliffe-Brown e dos seus seguidores sobre a África, por exemplo, nunca se suspeitaria de que seus conterrâneos Cecil Rhodes e Lord Lugard chegaram a existir ou que o próprio imperialismo tenha alguma vez existido (para críticas, ver Gough, “Anthropology: Child of Imperialism”, e Frank, 1968). Muitos intelectuais dos próprios países colonizados e neocoloniais foram tão colonizados e doutrinais pela metrópole a ponto de estudarem suas próprias sociedades apenas à imagem metropolitana — civilização ou barbárie, nas palavras de Sarmiento, referindo-se à Argentina na década de 1860. (Somente durante a última década os africanos começaram a reescrever sua própria história.)

Os marxistas saíram-se apenas um pouco melhor. O próprio Marx não viveu para testemunhar a transformação do mundo colonial no terceiro estágio de acumulação mundial de capital. Lênin deu atenção à questão, mas principalmente em conexão apenas com problemas de estratégia política imediata. Desde sua época, e até recentemente, os acadêmicos da União Soviética também dedicaram atenção a problemas de relevância imediata, assim como a maioria dos marxistas nos países capitalistas desenvolvidos. Portanto, apenas recentemente (e, no momento em que escrevia, em 1970, frequentemente em obras ainda inéditas) os estudiosos de, e muitas vezes — como Amin — originários de países subdesenvolvidos começaram a se dedicar à pesquisa empírica e à análise teórica da transformação do modo de produção no mundo subdesenvolvido durante o século passado. Houve uma exceção importante a este padrão, Rosa Luxemburgo, que dedicou atenção considerável ao problema e tentou uma síntese teórica há meio século atrás. (O fato de que foi levada a fazer assim por sua preocupação com o problema teórico da realização da mais-valia e da continuação do desenvolvimento capitalista metropolitano, e que seu argumento teórico a este respeito foi rejeitado como infundado por virtualmente todos

os marxistas desde Lênin, não diminui a importância e a utilidade da sua análise resultante sobre a transformação colonial — particularmente visto que nenhuma análise melhor foi empreendida nos cinquenta anos subseqüentes.)

1. Rosa Luxemburgo e sua Obra Luta imperialista contra a economia natural e camponesa

Podemos resumir então a síntese teórica de Luxemburgo sobre o desenvolvimento de subdesenvolvimento do século XIX no Oriente Médio e na África do Norte, e em alguma medida na África negra, realizada no início do século XX:

Em detalhes, o capital na sua luta contra as sociedades com uma economia natural busca os seguintes objetivos: (1) Obter a posse imediata de fontes importantes de forças produtivas, tais como terras, animais em florestas primitivas, minérios, pedras e metais preciosos, produtos da flora exótica como a borracha, etc. (2) “Liberar” a força de trabalho e colocá-la a serviço através da coação. (3) Introduzir uma economia de bens. (4) Separar o comércio da agricultura (...) Como as associações primitivas dos nativos são a proteção mais forte para suas organizações sociais e para suas bases materiais de existência, o capital precisa começar pelo planejamento da destruição sistemática e aniquilação de todas as unidades sociais não-capitalistas que obstruem seu desenvolvimento (...) Cada nova expansão colonial e acompanhada, evidentemente, por uma batalha sem tréguas do capital contra os laços econômicos e sociais dos nativos, que são destituídos à força dos seus meios de produção e da sua força de trabalho.

Qualquer esperança de limitar a acumulação de capital exclusivamente a uma concorrência pacífica, tal como a que ocorre entre os países produtores capitalistas, assenta-se na crença de que o capital se acumula sem a mediação das forças produtivas e sem a [demanda] das organizações mais primitivas, e de que ele pode depender do lento processo interno de uma economia em desintegração (...) A força é a única saída disponível ao capital; a acumulação do capital, vista como um processo histórico, emprega a força como

uma arma permanente, não apenas em sua origem mas desde então até o presente. Da perspectiva das sociedades primitivas envolvidas, a questão é de vida ou morte; para elas não pode haver outra atitude além da oposição e da luta até o final — exaustão completa e extinção. Daí a ocupação permanente das colônias pelos militares, as revoltas nativas e expedições punitivas constituírem a ordem do dia para o regime colonial (...) A despeito dos altos e baixos da sua política interna, a política colonial da França manteve-se por cinquenta anos em seus esforços deliberados e sistemáticos de destruição e desorganização da propriedade comunal. Ela serviu a dois objetivos distintos: a destruição da propriedade comunal tinha a pretensão fundamental de esmagar o poder social das associações familiares árabes e dar um fim à sua resistência tenaz contra o jugo francês (...) Em segundo lugar, a propriedade comunal precisava ser desorganizada para se obterem os bens econômicos do país conquistado; isto significava que os árabes tinham que ser destituídos da terra que havia sido deles por milhares de anos, para que os capitalistas franceses pudessem aposar-se delas (...) Este é o duplo significado do decreto do Senado, de 22 de abril de 1864. O general Allard declarou no Senado: “O governo não perde de vista o fato de que o objetivo geral de sua política é enfraquecer a influência dos chefes tribais e dissolver as associações familiares. Por estes meios, ele eliminará os últimos remanescentes de feudalismo [sic!] defendidos pelos oponentes do decreto governamental (...) O método mais seguro de acelerar o processo de dissolução das associações familiares será instituir a propriedade privada e estabelecer colonos europeus entre as famílias árabes”. (...) A segunda condição importante para adquirir os meios de produção e aumentar a mais-valia é através da introdução da troca de mercadorias e da economia de bens em sociedades baseadas na economia natural, logo que a independência delas tenha sido anulada, ou melhor, durante o processo de dissolução e desorganização. Em distritos onde anteriormente predominava a economia natural, a introdução de meios de transporte — ferrovias, navegação, canais — é vital para a expansão da economia de bens (...) Uma fase final importante na campanha contra a economia natural é separar a indústria da agricultura, erradicar completamente as indústrias rurais das economias

camponesas (...) O capital precisa fazer-com que os camponeses comprem suas mercadorias e começará, portanto, por restringir a economia camponesa a uma única esfera — a da agricultura (...)

Por todas as aparências externas, este processo é bastante pacífico (...) Na realidade, contudo, o processo de isolar a agricultura da indústria é determinado por fatores tais como taxaço opressiva, guerra ou pilhagem e monopólio das terras da nação, participando, deste modo, das esferas do poder político e da lei criminal não menos do que da economia (...) A fase imperialista de acumulação capitalista implica (...) empréstimos externos, construções ferroviárias, revoluções e guerras (...) No presente, a consecução da autonomia capitalista em regiões interiores e colônias atrasadas é conseguido através de guerras e revoluções. A revolução é essencial para o processo de acumulação capitalista. As comunidades retrógradas precisam podar as organizações obsoletas, relíquias de uma economia de bens simples e natural, e criar uma máquina estatal moderna, adaptada aos objetivos da produção capitalista. As revoluções na Turquia, Rússia e China são deste tipo (...) Os avanços do capital refletem-se aproximadamente no desenvolvimento da rede ferroviária (...) Entre a década de 1830 e a de 1860, a construção de ferrovias e os empréstimos necessários para isso serviam principalmente para eliminar a economia natural, para ampliar a economia de bens — como no caso dos empréstimos para as ferrovias russas na década de 1860 ou no das ferrovias americanas que foram construídas com capital europeu. Por outro lado, a construção ferroviária na África e na Ásia nos últimos vinte anos serviu quase que exclusivamente aos objetivos da política imperialista, do monopólio econômico e da subjugação econômica de comunidades retrógradas (...) Os empréstimos externos (...) ainda são os vínculos mais seguros pelos quais os velhos Estados capitalistas mantêm sua influência, exercitam o controle financeiro sobre a política alfandegária, externa e comercial dos jovens Estados capitalistas (...) Em primeiro lugar, havia um elemento de usura em todo empréstimo, qualquer coisa entre um quinto e um terço do dinheiro ostensivamente emprestado retornando às mãos dos banqueiros europeus. Em última análise, os juros exorbitantes tinham que ser pagos de algum modo, mas como — onde

estavam os meios para isto? O próprio Egito os forneceria; a fonte deles era a economia do felá do Egito, fornecendo em última análise todos os elementos mais importantes do empreendimento capitalista em grande escala. Ele fornecia a terra (...) Como trabalho forçado, também proporcionava a força de trabalho e, além disso, era explorado sem receber pagamento e tinha até mesmo que prover seus próprios meios de subsistência enquanto estava trabalhando (...) Mas, além de suprir a terra e a força de trabalho, a economia camponesa também fornecia o dinheiro. Sob a influência da economia capitalista, os parafusos foram apertados sobre os felás através de taxaço (...) Quanto maior se tornava o débito ao capital europeu, mais tinha que ser extraído dos camponeses (...)

Deve estar claro agora que as transações entre o capital europeu de empréstimo e o capital industrial europeu estão baseados em relações que são extremamente racionais e lógicas para a acumulação do capital, embora pareçam absurdas para o observador casual (...) Despidas de todos os elos obscuros, estas relações consistem no simples fato de que o capital europeu devorou em grande parte a economia camponesa egípcia. Áreas enormes de terra, trabalho e inúmeros produtos do trabalho, revertendo ao Estado em taxas, foram convertidos em última análise em capital europeu e foram acumulados (...) Em oposição ao fantástico aumento de capital por um lado, o outro resultado econômico é a ruína da economia camponesa junto com o crescimento da troca de mercadorias que está enraizada no esforço supremo das forças produtivas do país (...) Portanto, o metabolismo econômico entre os camponeses da Ásia Menor, Síria e Mesopotâmia por um lado e o capital alemão por outro procede do seguinte modo: nos *vilayets* Konya, Bagdá, Bazra, etc., os cereais surgem como um simples produto de uso da economia camponesa primitiva. Eles imediatamente recaem sobre o agricultor como uma taxa do Estado. Somente aí, nas mãos deste último, é que se tornará uma mercadoria e, como tal, dinheiro que vai para o Estado. Este dinheiro nada mais é que o grão camponês convertido, que nem é produzido como mercadoria. Mas agora, como uma garantia do Estado, serve como pagamento para a construção e operação de ferrovias, isto é, para realizar tanto o valor dos meios de produção como a mais-valia extorquida dos cam-

poneses e proletários asiáticos na construção e operação das ferrovias. Neste processo outros meios de produção de origem alemã são usados, e assim o cereal camponês da Ásia, convertido em dinheiro, também serve para transformar em dinheiro a mais-valia que foi extorquida dos trabalhadores alemães (...) Este é o metabolismo rude e direto entre o capital europeu e a economia camponesa asiática, com o Estado turco reduzido ao seu papel real, o de uma máquina política para a exploração da economia camponesa para objetivos capitalistas — a verdadeira função de todos os Estados orientais no período do imperialismo capitalista. (Luxemburgo, 369-71, 380-2, 386, 395-6, 419-21, 434-8, 444-5)

Embora escrevendo sobre a fase imperialista do século XIX do desenvolvimento capitalista e baseando sua análise primariamente na experiência do Oriente Médio, Rosa Luxemburgo encontra alguns dos mesmos processos fundamentais do desenvolvimento capitalista mundial e desenvolvimento capitalista colonial do subdesenvolvimento que já havíamos encontrado na América Latina e no Caribe desde o século XVI: a expansão do sistema capitalista mundial; sua estrutura colonial; a transformação e determinação do modo de produção e da estrutura econômica nas colônias por seu relacionamento colonial com a metrópole e no interesse do desenvolvimento da última; a transformação intencional e não-intencional da estrutura de classe e organização social através da adaptação de algumas formas institucionais, para que funcionem como agentes do relacionamento colonial e das novas necessidades produtivas e destruindo aquelas instituições — primeiro e principalmente a propriedade comunal e suas manifestações e suportes socioculturais — que se revelaram ser inadapáveis ou que servem à população local como fontes de energia para resistirem a esse processo; a incorporação — ou, onde necessário, a criação de uma classe local e seus agentes subordinados, cujos interesses econômicos e políticos são vinculados à metrópole e cuja efetuação de diretrizes políticas e econômicas em seus próprios interesses também servirão aos interesses da metrópole, embora isso acabe por gerar o desenvolvimento de subdesenvolvimento para seu país e povo.

Podemos examinar o desenvolvimento de subdesenvolvimento nestes termos “luxemburgianos” durante o século XIX

na Ásia, Oriente Médio e África do Norte, África negra e novamente América Latina, onde as fases “imperialista” e de “livre-comércio” do desenvolvimento capitalista mundial transformaram novamente os modos de produção, a estrutura de classe e a política de subdesenvolvimento nos interesses do desenvolvimento metropolitano.

2. O Imperialismo na Ásia

Atualmente, o grau de subdesenvolvimento na Ásia é, de maneira bastante substancial, proporcional ao seu grau de colonização no século XIX. As populações mais subdesenvolvidas e mais miseráveis, atualmente, são as da Índia e da maior parte do Sudeste Asiático, que foram sujeitas à exploração capitalista colonial mais brutal. A China, que era somente um país semi-colonial, sofreu menos e de maneira um tanto diferente; e, evidentemente, desde sua libertação do capitalismo a partir de 1949, esse país realizou literalmente um progresso incomparável. A outra principal área da Ásia, o Japão, conseguiu alcançar um desenvolvimento industrial considerável sob o capitalismo desde 1868; e o fato de que este desenvolvimento foi possível deve ser atribuído ao *status* não-colonial e independente do Japão e até mesmo à ausência de investimento estrangeiro em seu esforço desenvolvimentista.

O caso mais sério de desenvolvimento de subdesenvolvimento é, sem dúvida alguma, o da Índia. Como já examinamos a experiência indiana na seção 5 do capítulo 4 e como a continuidade entre o segundo e o terceiro estágio da acumulação mundial de capital provavelmente foi maior na Índia — ou o terceiro estágio começou mais cedo — do que em outros países coloniais e neocoloniais, podemos limitar aqui nosso exame adicional da experiência da Índia apenas a algumas observações. Mas talvez valha a pena enfatizar que tanto a experiência indiana revista acima no capítulo 4 e a examinada imediatamente abaixo parecem conformar-se notavelmente com as características essenciais da transformação do modo de produção que Rosa Luxemburgo sintetizou em sua análise, primariamente da experiência do Oriente Médio.

Com o desenvolvimento do imperialismo, toda a política inglesa na Índia reforçou o desenvolvimento de subdesenvolvi-

mento de várias maneiras. Dois dos principais instrumentos que os ingleses usaram para drenar a Índia do seu capital foram as ferrovias e a dívida. As ferrovias não eram somente os instrumentos físicos usados para reestruturar a economia, para se tornarem capazes de sugar as matérias-primas para fora e bombear as mercadorias manufaturadas para dentro no ritmo certo. Os próprios indianos também eram obrigados a pagar pela instalação desse mecanismo explorador sobre o solo deles. E a “dívida indiana”, que incluía todos os itens imagináveis e inimagináveis da administração colonial inglesa da Índia, tornou-se nas circunstâncias particulares da Índia um dos principais instrumentos fiscais (funcionalmente equivalente a um hoste de outros instrumentos em outros locais) para a extração do excedente econômico da colônia para a metrópole.

A transformação da estrutura econômica e de classe e o caráter político dessa transformação foram salientados por nada menos que um observador autorizado e não-marxista como Jawaharlal Nehru, em *The Discovery of India*:

As técnicas de dominação inglesa, que já haviam sido bem estabelecidas, eram agora (depois de 1857) esclarecidas, confirmadas e deliberadamente utilizadas. Essencialmente eram: criação e proteção de interesses vinculados ao domínio inglês; e uma política de equilíbrio e contrapeso entre os diferentes elementos, e o encorajamento de tendências cissíparas e divisão entre eles. Os príncipes e os grandes proprietários de terras constituíam os interesses básicos criados e encorajados deste modo. Entretanto, já uma nova classe, ligada ainda ao domínio inglês, crescia em importância. Eram os membros indianos dos serviços administrativos, geralmente em posições subordinadas (...) Os indianos assim empregados eram tão dependentes do domínio e da administração inglesas que podiam ser confiados e tratados como seus agentes (...) Desta maneira começou o processo de indianização da máquina administrativa em seus escalões subordinados, com todo o verdadeiro poder e iniciativa nas mãos do pessoal inglês (...) Atribuindo importância maior aos Estados indianos do que jamais haviam recebido, encorajando os elementos reacionários e buscando apoio neles, promovendo divisões e jogando um grupo contra outro, encorajando tendências cissíparas devidas à reli-

gião ou à região e organizando classes *Quisling*,* que tinham medo de uma mudança que poderia engolfá-las. Tudo isto era uma política natural e compreensível para uma potência imperialista estrangeira executar, e é um tanto ingênuo surpreender-se com isto, por mais nociva que fosse para a perspectiva nacionalista indiana (...) Mas o fato de ser assim deve ser lembrado para que possamos compreender os desenvolvimentos subseqüentes (...) [esta aliança natural do domínio inglês com os reacionários na Índia — incluindo, podemos acrescentar, o desenvolvimento político e o comportamento dos próprios Gandhi e Nehru, que por mais aparentemente “nacionalistas” que possam ter sido, não deixaram de representar estes “elementos reacionários”] (...) Quase todos os nossos principais problemas atuais surgiram durante o domínio inglês e como um resultado direto da política inglesa: os príncipes; o problema das minorias; os vários capitais investidos, estrangeiros e indianos; a ausência de indústria e o abandono da agricultura; o atraso extremo nos serviços sociais; e, acima de tudo, a trágica pobreza do povo (...) Um fato significativo que se salienta é que aquelas partes da Índia que estiveram por mais tempo sob o domínio inglês são atualmente as mais pobres. Na realidade, poder-se-ia traçar um tipo de gráfico para indicar a conexão íntima entre a extensão do domínio inglês e o progressivo crescimento da pobreza (...) Sem dúvida alguma, as partes mais pobres da Índia são Bengala, Bihar, Orissa e partes da presidência de Madras; o nível da massa e os padrões de vida são mais altos no Punjab. (Nehru, 240-4, 221, 208)

Deste modo, o exemplo mais clássico do desenvolvimento de subdesenvolvimento, a Índia, exemplifica todos os principais fatores estruturais do desenvolvimento capitalista de subdesenvolvimento que também encontramos na América Latina e em outras partes: o desenvolvimento de uma economia de exportação com uma distribuição de renda excessivamente desigual, a drenagem do excedente econômico para a metrópole, a transfor-

* Vidkun Quisling, político norueguês (1887-1945), que se tornou chefe do governo após a ocupação do país pelas tropas alemãs em 1942. Seu nome tornou-se sinônimo de traidor. (N. da Editora.)

mação da estrutura econômica e de classe, local e nacional enquanto função do desenvolvimento capitalista mundial e das necessidades do desenvolvimento metropolitano, a aliança natural entre o poder colonial metropolitano e os interesses reacionários locais e suas políticas de subdesenvolvimento, a estreita conexão entre a amplitude e a intensidade da colonialização capitalista e o ultra-subdesenvolvimento, que observamos regionalmente no Novo Mundo e domesticamente na Índia, e que um exame adicional da Ásia demonstrará também internacionalmente.

Em muitas partes do Sudeste Asiático, igualmente, sistemas agrícolas e artesanais desenvolvidos foram destruídos ao serem incorporados ao desenvolvimento capitalista mundial, particularmente durante o século XIX. As tradicionais relações comerciais com a China foram rompidas e substituídas por relações comerciais capitalistas com a metrópole europeia, através das quais também o Sudeste Asiático foi forçado ao intercâmbio desigual de suas matérias-primas por mercadorias manufaturadas europeias. Em algumas partes do Sudeste Asiático, especialmente na península da Malásia e em Java, o desenvolvimento forçado de safras de exportação para o desenvolvimento metropolitano substituiu a produção de alimentos para o consumo local ou regional num grau ainda maior do que no sul da Índia. Assim como na Índia, na América Latina e no Caribe, o desenvolvimento do capitalismo mundial também determinou o crescimento no Sudeste Asiático de uma classe cujos interesses estavam ligados ao desenvolvimento da metrópole e ao subdesenvolvimento de suas próprias economias. Buchanon (80) escreve: "Mais desastroso do que tudo, o impacto do capitalismo criou uma nova classe — a classe média colonial; suas funções eram, na maior parte, administrativas e comerciais, e colaborava ativamente com o poder colonial no governo e na exploração econômica do território dependente (...) ela estava pouco interessada no progresso econômico, sendo, em grande parte, um grupo parasitário".

Geertz resume o processo do desenvolvimento de subdesenvolvimento no Sudeste Asiático:

A história colonial das Índias Orientais foi marcada por uma série de dispositivos político-econômicos (a Companhia das Índias Orientais, o sistema de cultura, o sistema corporativo de *plantation*) por meio dos quais o setor do "capita-

lismo mercantil" europeu da economia dual deveria ser mais eficientemente organizado para a produção e comercialização das safras de exportação, e o setor do "lar camponês" indonésio deveria ser melhor protegido contra os efeitos desintegradores desta agricultura comercial em grande escala. Impulsionados pelas exigências cada vez maiores do capital, os holandeses passaram dos dispositivos institucionais do capitalismo aventureiro no século XVIII para os do capitalismo de Estado no século XIX, e daí para os do capitalismo burocrático no século XX. No entanto, como cada dispositivo ou mecanismo, surgido das ruínas do seu predecessor, implicava uma penetração ainda maior na economia rural, do empreendimento ocidental, tornou-se mais difícil o isolamento da vida nativa em relação às forças econômicas vinculadas a este empreendimento (...) Como bem argumenta Reinsma (...) "quanto ao suprimento de capital, a iniciativa privada na metrópole teve participação muito menos poderosa no apoio ao sucessor do Sistema de Cultura do que geralmente foi sugerido pela literatura". (...) O setor de capital intensivo da economia dual indonésia não foi simplesmente importado da Holanda (...) mas foi um produto direto do Sistema Colonial depois de 1830 aproximadamente (...) Da perspectiva desenvolvimentista, portanto, o Sistema de Cultura representou uma tentativa de criação de uma economia estatal através dos próprios recursos do campesinato, e nisto foi extraordinariamente bem sucedido. (...) A agricultura camponesa tornou-se um elemento operante na economia de exportação das Índias em lugar de ser meramente sua escora; a agricultura camponesa foi desenvolvida, pelo menos em parte, em uma proposição comercial ao invés de se tornar cristalizada numa espécie de relevo externo. (...) Lá estava aquele reconhecido ramo extremamente autônomo da economia holandesa situado nas Índias, a "Holanda tropical", como era algumas vezes chamada; e, lado a lado, também lá estava situada a economia indonésia autônoma. E embora, na verdade, as duas interagissem continuamente em maneiras que modelaram fundamentalmente seus cursos distintos, divergiam consistentemente, em grande parte como resultado desta interação, a ponto de os contrastes estruturais entre elas tornarem-se esmagadores. O que Boeke (pai da "tese da sociedade dual") considerava como uma característica in-

trínseca e permanente da vida econômica indonésia (ou "oriental"), "um fenômeno fundamentalmente espiritual", era na verdade uma condição criada historicamente: ela não se originou da essência imutável da alma oriental ao encontrar o espírito encarnado do dinamismo ocidental, mas sim da forma, de maneira alguma predestinada, da política colonial como foi gravada sobre o padrão tradicional da agricultura indonésia. (...) A diferença de "mentalidade econômica" entre holandeses e javaneses que Boeke considerou como a causa do dualismo era, na realidade, em grande parte, seu resultado. Os javaneses não se tornaram mais pobres por serem "estáticos"; tornaram-se "estáticos" em razão do seu empobrecimento (...)

O sistema de arrendamento-de-açúcar (*sugarlease*) e, em menor escala, as práticas similares relacionadas com outras safras, não isolaram da vida aldeã as forças desestabilizadoras do capitalismo comercial; ele as introduziu, seguindo o caminho da Companhia e do Sistema de Cultura, no próprio âmago da vida aldeã (...). O trabalhador de canavial javanês continuou um camponês ao mesmo tempo em que se tornava um assalariado. Chega-se à mesma conclusão que o agrônomo holandês Tergast: (...) "Por volta de 1900, a quantidade anual *per capita* disponível era aproximadamente de 110 kg de arroz, 30 kg de tubérculos e 3 kg de legumes. Por volta de 1940, ela havia mudado para 85 kg de arroz, 40 kg de milho, 180 kg de tubérculos e aproximadamente 10 kg de legumes. Localmente, esta mudança reduziu, freqüentemente de forma séria, a qualidade da dieta (...) De fato, é provável que tenha havido realmente um declínio no consumo de calorias entre 1900 e 1940 (...) A verdadeira tragédia da história colonial em Java depois de 1830 não está no sofrimento do campesinato (...) A tragédia é que ele sofreu por nada (...) Mas o que torna trágico este desenvolvimento, em lugar de meramente decadente, é que por volta de 1830 a economia javanesa (e, portanto, indonésia) poderia ter efetuado a transição para a modernidade, que nunca é uma experiência indolor, com mais facilidade do que pode atualmente".

"A verdadeira medida da grandeza de van den Bosch", escreveu corretamente Furnivall, "é o renascimento dos Países Baixos". A verdadeira medida da malignidade de van

den Bosch, entretanto, é a estultificação da Indonésia. (Geertz, 50, 65-6, 60-2, 89, 96, 143, 82, 69)

Qual prova mais clara do desenvolvimento de subdesenvolvimento poderia haver do que o fato de que a Indonésia poderia ter-se desenvolvido mais facilmente antes de um século e meio de desenvolvimento capitalista do que depois dele? — não porque o desenvolvimento capitalista tenha deixado intocado um setor supostamente nacional de uma economia dual mas, ao contrário, porque o capitalismo penetrou no próprio centro da vida aldeã. E isto foi a causa do subdesenvolvimento não apenas na Indonésia, mas por toda a Ásia, África e América Latina.

A China nunca se tornou uma colônia e nunca foi colonializada no mesmo grau em que a Índia e partes do Sudeste Asiático o foram. As forças do desenvolvimento capitalista mundial nunca penetraram, portanto, tão profundamente no âmago da vida aldeã como fizeram em outros lugares e onde isto ocorreu foi no sul da China, que estava mais integrado no sistema capitalista mundial, como foi analisado por Ch'en. Apesar disto, o desenvolvimento do capitalismo não poupou a China do desenvolvimento de subdesenvolvimento, e as potências metropolitanas e a burguesia *comprador** chinesa a seu serviço inventaram novos instrumentos apropriados às suas necessidades e às circunstâncias especiais da China no mundo: o tráfico de ópio; os portos e as cortes privilegiadas; e os próprios tratados, que instituíram privilégios especiais para estrangeiros mas não para os cidadãos chineses; a cláusula de "nação mais favorecida" e, finalmente, a política de "portas abertas".

Barrington Moore resume:

Vamos tentar entender agora o que a chegada do mundo moderno fez ao camponês, a base desta estrutura. Durante o século XIX, surgiram sinais esparsos mas inconfundíveis de um declínio na situação econômica do camponês: o abandono das lavouras, a deterioração dos sistemas de irrigação, o aumento do desemprego agrícola (...) O artesão camponês, um suplemento importante aos poucos recursos dos camponeses e um modo de empregar a força de trabalho excedente durante as épocas negras do ciclo agrí-

* Chefe dos empregados nativos de um estabelecimento europeu. (N. da Editora.)

cola, sofreram severos golpes dos têxteis ocidentais baratos (...) Enquanto isso, na proximidade das cidades costeiras e nas margens dos grandes rios, o mercado aldeão local foi substituído pelo grande mercado urbano, enquanto os efeitos de uma economia de mercado penetravam cada vez mais profundamente nas áreas rurais. Enquanto o mercado evoluía para uma instituição centralizada e mais eficiente, o camponês era deixado para trás, e seu poder de barganha deteriorava. Sem economias e vivendo próximo ao nível de subsistência, muitas vezes o camponês tinha que vender imediatamente depois da colheita, quando os preços estavam caindo (...) A difícil situação do camponês favorecia o intermediário e o especulador, geralmente associados ao dono das terras (...) Como os camponeses ficavam endividados, tinham que tomar emprestado, geralmente com juros muito altos. Quando não conseguiam saldar a dívida, eram obrigados a transferir o título da terra ao latifundiário, continuando a trabalhar na terra mais ou menos indefinidamente (...) À luz do vínculo entre propriedade e coesão social, talvez o aspecto mais importante das mudanças discutidas seja o crescimento de uma massa de camponeses marginais na base da hierarquia social da aldeia. Recentes estudos locais indicam que constituíam aproximadamente metade ou mais dos habitantes. O quanto de aumento, se houve algum, isto pode representar através do século XIX, ainda é impossível de se saber (...) Todos estes processos tiveram um impacto maior nas províncias costeiras... (Moore, 218-19)

A única área importante na Ásia, e certamente na África e na América Latina, que não sofreu o desenvolvimento de subdesenvolvimento no século XIX ou antes e, em lugar disto, foi capaz de empreender um desenvolvimento capitalista próprio foi o Japão. Baran resume:

Qual foi a constelação histórica que deixou espaço para uma revolução burguesa no Japão, e o que por sua vez levou ao estabelecimento de um regime dominado pela burguesia, funcionando desde a origem como um motor vigoroso e incansável do capitalismo japonês? A resposta a esta questão é extraordinariamente complexa e, ao mesmo tempo, extraordinariamente simples. É simples porque, reduzida

ao seu núcleo, se reduz ao fato de que o Japão é o único país na Ásia (e na África e América Latina) que escapou de ser transformado em uma colônia ou setor dependente do capitalismo americano ou europeu ocidental; que teve uma mudança para o desenvolvimento nacional independente. É complexa porque foi somente uma confluência feliz de grande número de fatores mais ou menos independentes que deu ao Japão sua oportunidade. Básicos dentre eles (...) foram o atraso e a pobreza do povo japonês e a escassez de recursos naturais do país. "O Japão tinha muito pouco a oferecer, tanto como mercado para as manufaturas estrangeiras quanto como celeiro de matérias-primas para a indústria ocidental." Conseqüentemente, a fascinação do Japão para os europeus nunca se assemelhou à atração irresistível exercida pelo ouro da América Latina, a flora, a fauna e os minérios da África, as riquezas fabulosas das Índias ou os mercados supostamente inexauríveis da China. (Baran, 158-9. Para essencialmente o mesmo argumento, porém mais detalhado, ver Smith, Lockwood e, especialmente, Norman)

Nesta circunstância, a mais fundamental de todas, o Japão assemelhava-se à América do Norte e à Oceânia que, como argumentamos acima, foram poupadas de modo similar e pelas mesmas razões da colonialização. Portanto, o caso do Japão também confirma a lei aparentemente inexorável do desenvolvimento capitalista mundial de que as riquezas, pela exploração que atraem, geram o desenvolvimento de subdesenvolvimento; e a pobreza pré-capitalista permite o desenvolvimento econômico, pois torna a mesma exploração colonialista impossível. Os japoneses olharam através do oceano e viram de que maneira o capitalismo mundial, entrando então no seu estágio de desenvolvimento imperialista, estava subdesenvolvendo a China; e a classe dominante japonesa tornou-se preocupada em evitar este mesmo destino para o Japão. E foi capaz de agir assim, à parte certos fatores domésticos como a existência de um regime feudal relativamente forte, devido tanto à sua pobreza, que o tornou de início pouco atraente ao capitalismo mundial, e então à rivalidade interimperialista do final do século XIX, que impediu qualquer uma das potências imperialistas de assumir o controle do Japão. Deve-se notar que, deste modo, o Japão não apenas evitou tornar-se colonizado, como também sua classe capi-

talista nacional evitou as conseqüências, geradoras de subdesenvolvimento, do investimento estrangeiro em recursos produtivos, que o desenvolvimento imperialista na metrópole expandiu e intensificou em todas as partes da Ásia, África e América Latina, como podemos observar abaixo.

3. O Imperialismo e o Mundo Árabe

Os povos islâmicos do Oriente Médio e da África do Norte, que durante a Idade Média não apenas tinham atingido alto grau de civilização e desenvolvimento como tinham — juntamente com a China — feito contribuições tecnológicas e culturais essenciais para a capacidade da Europa Ocidental de alcançar o desenvolvimento subsequente sob o capitalismo, não foram poupados do desenvolvimento de subdesenvolvimento enquanto resultado essencial do mesmo processo histórico. Como observa Sarç, inicialmente a indústria otomana, e depois os artesanatos de aldeia, foram destruídos pelas manufaturas inglesas, depois da vitória dos ingleses sobre Napoleão em 1815. E, como observa Luxemburgo, esta desindustrialização foi apenas o primeiro passo no atrelamento da economia camponesa e na subordinação do Estado turco às necessidades do desenvolvimento capitalista mundial.

O processo mais espetacular de incorporação de uma economia do Oriente Médio ao processo de desenvolvimento capitalista mundial — e, juntamente com o caso da Índia, um dos exemplos clássicos do desenvolvimento de subdesenvolvimento — ocorreu no Egito. Lá, Mohammed Ali tentou incorporar o país neste processo histórico no segundo quarto do século XIX, enquanto mantinha o controle nacional e estimulava o desenvolvimento nacional, inclusive o industrial. Mas tudo o que acabou realizando efetivamente foi abrir caminho para a incorporação do Egito no processo de desenvolvimento capitalista mundial sob controle externo. Sua política de industrialização fracassou parcialmente por causa da falta de suficiente autonomia política do Egito dentro do império turco, o que tornou impossível a necessária tarifa protecionista. Esta circunstância também tornou o outro esforço desenvolvimentista de Ali, isto é, o algodão, estéril — transformando-o na verdade em uma política de subdesenvolvimento — pois seu esforço principal consistiu em criar a necessária estrutura social e produtiva para produzir algodão a ser

exportado para a Europa. Sob seu governo, as exportações egípcias de algodão subiram de aproximadamente 1,5 milhões de libras esterlinas para 5 milhões em 1850. Então, como o controle europeu tornou-se efetivo no Egito depois do governo de Ali, a exportação de algodão cresceu muito mais rapidamente, para 22 milhões de libras em 1880 e 60 milhões em 1913, embora o valor real tenha aumentado ainda mais do que estes valores oficiais monopolisticamente determinados (Issawi, 8). Enquanto isso, lorde Cromer, enquanto cônsul-geral inglês, que governou o Egito entre 1883 e 1907, anunciava: “A política do governo pode ser resumida da seguinte forma: (1) exportação de algodão para a Europa sujeita à tarifa de 1%; (2) importação de produtos têxteis sujeita à tarifa de 8%; nada além disto entra nas intenções do governo, nem protegerá a indústria algodoeira egípcia, em razão dos perigos e dos males que advêm de tais medidas (...) Visto que o Egito é, por natureza, um país agrícola, segue-se logicamente que o treinamento industrial somente poderia levar ao abandono da agricultura na medida em que afasta os egípcios da terra, sendo ambas as coisas desastrosas para a nação”. Vinte e cinco anos mais tarde, lorde Cromer olhava para trás e resumia o que sua política tinha alcançado: “A diferença é evidente para qualquer pessoa cujas recordações alcancem dez ou quinze anos atrás. Alguns bairros [do Cairo] que anteriormente costumavam ser verdadeiros centros de indústrias variadas — fiação, tecelagem, fabricação de fitas, tinturaria, fabricação de tendas, bordagem, fabricação de calçados, joalheria, moagem de especiarias, artesanato de cobre, fabricação de vasilhas a partir de peles de animais, selaria, fabricação de peneiras, serralheria em madeira e metal, etc. — diminuíram consideravelmente ou desapareceram. Agora existem cafés e lojas de novidades européias onde antes haviam prósperas oficinas” (apud Abdel-Malek, 7-8). As conseqüências paralelas no campo são avaliadas por Issawi, Luxemburgo, Riad e outros.

Abdel-Malek (8) continua, para observar:

A miséria da cidade e do campo tinha como paralelo o enriquecimento dos grandes proprietários fundiários, que finalmente haviam encontrado um consumidor regular no governo de ocupação. Ele foi capaz de lhes garantir uma riqueza cada vez maior, pois o Egito tinha-se tornado de ponta a ponta uma gigantesca plantação de algodão para as fábricas de Lancashire. Desta forma nasceu a aliança polí-

tica entre a Grã-Bretanha e os grandes proprietários fundiários, encabeçados pela família real, aliança que dominaria a vida política egípcia por três quartos de século.

Deste modo, o mesmo processo do desenvolvimento de subdesenvolvimento — a transformação colonial da estrutura de classe e econômica, e a conseqüente política de subdesenvolvimento da classe dominante colonial, seja ela estrangeira ou “nacional” — foi imposta pelo desenvolvimento capitalista mundial também sobre o Egito.

Essencialmente o mesmo processo de subdesenvolvimento ocorreu entre os árabes do Maghreb e especialmente da Argélia, que, depois de 1830, não somente foi colonizada mas ainda mais colonializada pelo capitalismo francês. Para o Maghreb como um todo, o processo é examinado por Amin, e o desenvolvimento de subdesenvolvimento na Argélia é analisado por Lacoste et al., como está indicado por seus subtítulos:

O declínio da economia urbana. Ela começa pela destruição das cidades e a decadência definitiva da sociedade urbana tradicional (...) O declínio da economia rural (...) da agricultura e das atividades pastoris (...) O declínio demográfico não é menos importante (...) A regressão social e o reforço do feudalismo (...) A desigualdade dos regimes não é apenas mantida mas agravada (...) A destruição do equilíbrio econômico em proveito da colonização. Tradicionais estruturas sociais destruídas (...) A crise agrícola e a epidemia de fome (1866-1870) (...) A especulação privada com as terras tribais (...) As novas estruturas da colonização agrária: absenteísmo e concentração (...) O triunfo da grande colonização (1881-1900) e a conquista do Saara (...) o *boom* da vinicultura (...) As conseqüências da crise nas culturas vinícolas: a concentração fundiária e a predominância política da grande colonização (...) O outro lado do livro de contas colonial: a pauperização do campesinato argelino. O campesinato expulso das florestas (...) O campesinato muçulmano forçado a vender suas terras (...) A ampliação da colonização especuladora (...) A degradação da condição camponesa e da agricultura muçulmana. A proletarização (...) A estagnação das técnicas [agrícolas] e a degradação do solo (...) Uma política favorável ao colono [europeu] e desfavorável ao felá [argelino] (...) O aparecimento do subdesenvolvimento da Argélia (...) (Lacoste, 315-444)

Assim, o mesmo padrão e processo de subdesenvolvimento também se repete na Argélia e no Maghreb em geral.

4. O Imperialismo e a África

Como observamos antes (capítulo 4), o tráfico de escravos africanos não foi abolido apenas por motivos humanitários mas também como resposta aos interesses econômicos em transformação que o desenvolvimento capitalista mundial provocou na metrópole, e particularmente na Inglaterra (se esta foi por longo período incapaz de impor sua “abolição” do tráfico, foi principalmente porque, neste mesmo processo de desenvolvimento capitalista outros, particularmente os franceses, não haviam ainda adquirido o mesmo interesse “humanitário” — e isto a despeito da Revolução Francesa, que induziu Napoleão a abandonar a tentativa de reimpôr o controle francês sobre o Haiti, por exemplo). Além do mais, a abolição do tráfico de escravos africanos não podia restaurar o *status quo ante* de dois séculos atrás na África. As características fundamentais da estrutura econômica e de classe da economia de monocultura para exportação sobreviveram necessariamente à abolição, e foram aplicadas então em muitas partes da África Ocidental para substituí-la pelo comércio de azeite de dendê, como mostraram Dike e Sik entre outros. Embora este desenvolvimento da metade do século XIX não tenha afetado igualmente todas as áreas de tráfico de escravos, no final do século XIX a maior parte da África Ocidental estava bem avançada no caminho de uma reconversão substancial às economias de monocultura para exportação de amendoim e outras sementes oleaginosas, copra, cacau, etc. A mineração teve apenas um papel relativamente menor, pois as minas eram escassas.

Esta agricultura de exportação foi organizada através de um sistema de *plantation* de forma mais ampla pelos belgas no Congo, menos ampla pelos franceses na África Equatorial e ainda menos na África Ocidental, e menos do que todos pelos ingleses na África Ocidental.

Apesar disto, muitos dos fatores geradores de subdesenvolvimento de outras economias de exportação também surgiram onde as *plantations* tinham importância relativamente pequena. O comércio atacadista nas economias de exportação foi rapidamente monopolizado pelas principais companhias de comércio

européias, tais como a United Africa (Unilever) e Compagnie Française de l'Afrique Occidentale, que também controlavam a comercialização de bens importados no nível atacadista e frequentemente na maior parte do varejista. Seus poderes principais proporcionavam um mecanismo eficiente para a extração do excedente econômico das áreas africanas sob seu controle. Quando o controle exercido por elas sobre os produtos de exportação foi suplementado ou substituído mais tarde pelo controle das câmaras de comércio, as quais estavam formalmente nas mãos dos governos coloniais e depois dos independentes, este elemento de poder monopolista não foi diminuído, e não era menos usado em benefício do poder metropolitano que antes, como por exemplo quando as câmaras de comércio pagavam aos plantadores substancialmente menos do que os preços do "mercado mundial" e mantinham a diferença como saldo em libras esterlinas em Londres, o qual era — e é — então colocado à disposição do desenvolvimento metropolitano. Domesticamente, a produção, financiamento e comercialização das safras de exportação polarizaram cada vez mais a sociedade e a economia rural. A despeito da pretensão comum de que a economia rural da África Ocidental está baseada em pequenos proprietários, a expansão da agricultura de exportação gerou uma burguesia rural e o que chega a ser um proletariado rural, como podemos supor a partir de dois tipos de evidência, entre outras. Polly Hill mostrou que não mais do que 20% dos plantadores de cacau de Gana trabalham para si mesmos, enquanto 80% emprega o trabalho de outros. Em segundo lugar e relacionado a isto, o desenvolvimento da produção para exportação provocou maciços movimentos intertribais e internacionais de trabalho migratório na África Ocidental, o qual talvez não tenha recebido a devida atenção, pois parece apenas moderado ao lado de migrações ainda mais maciças nas regiões mineradoras do Centro-Sul da África, que examinaremos abaixo. É verdade que o desenvolvimento de uma burguesia rural ou, pelo menos, de uma classe *kulak*, também estabeleceu a base sócio-econômica para o desenvolvimento de uma classe de africanos — emergindo do campo, como foi apontado por Amin, em lugar de ser, como é comum em outras partes, das cidades — que podiam dirigir o desenvolvimento capitalista *potencial* na África. Contudo, como em muitas partes do mundo colonial e neocolonial, e como Fanon, Arrighi e Amin também mostraram, na África ainda mais do que em outros lugares, esse potencial é limitado por sua vez pelos

interesses predominantes das potências metropolitanas ou, nas regiões de povoamento na África, por seus descendentes locais. Amin e Arrighi mostram que, na verdade, tal desenvolvimento capitalista africano, como mais tarde chegou a ocorrer na passagem do século, foi — uma vez que competia com seus novos interesses — deliberadamente subdesenvolvido pela metrópole e/ou pelos colonos brancos.

Os instrumentos institucionais que as potências metropolitanas usavam para facilitar maior transformação da sociedade africana em benefício do desenvolvimento metropolitano, variavam de acordo com as possibilidades locais. Sob o "mandato dual" e seguindo a política de lorde Lugard, os ingleses instituíram o "governo indireto" de africanos através de africanos, onde houvesse a possibilidade. Isto implicava a preservação, e algumas vezes até a ampliação, do poder dos chefes tribais africanos e o uso da legitimidade do seu domínio para novos fins. O significado funcional do governo dos chefes tribais, evidentemente, mudou consideravelmente à medida que os chefes convertiam cada vez mais a propriedade tribal por eles administrada em propriedade privada, a qual destinavam à produção de safras para exportação em seu próprio benefício. E esta transformação funcional das instituições africanas, que pelo valor da sua "legitimidade" foram preservadas formalmente, aumentou ainda mais à medida que a privatização de outras terras também crescia no mesmo passo. Nisto, os ingleses apenas reinventaram na África dos séculos XIX e XX o que os espanhóis — igualmente obrigados pelas circunstâncias — já haviam inventado e colocado em prática no México e no Peru do século XVI. E onde as circunstâncias eram diferentes, como Benoit mostrou que em grande parte eram, nas áreas da África Ocidental que se tornaram possessões francesas, a potência metropolitana e seus representantes africanos tinham o recurso de outras políticas institucionais, inclusive a instalação de um sistema de chefes tribais "tradicional" e "africano", onde jamais havia existido antes. Da mesma forma que os ingleses "indianizaram" o serviço civil no subcontinente, os franceses "assimilaram" os africanos, tanto na administração colonial como na burguesia *comprador* de cidades portuárias, por exemplo, Dakar e Abidjan, como é analisado por Suret-Canale.

Nas áreas de mineração e de colonização branca do Leste, Centro e Sul da África, as principais fontes de excedente econômico africano para o desenvolvimento metropolitano foram ge-

radas através da mineração e da agricultura comercial em grande escala dirigida pelos europeus e seus descendentes. De forma diversa daquela ocorrida na Austrália e na Nova Zelândia, os colonos europeus que foram para a África não exterminaram a população indígena. Nem isto teria sido possível a curto prazo na África, a menos que os europeus estivessem preparados para eliminar uma população relativamente muito maior e mais densa do que na Oceânia e permanecer sem um suprimento de mão-de-obra disponível para trabalhar nas minas e nas fazendas, ou para introduzir muito mais mão-de-obra branca ou asiática. Deste modo, os europeus não apenas colonizaram esta parte da África, como fizeram com o Canadá, Austrália e Nova Zelândia, mas também colonializaram esta parte do mundo como fizeram com outras na Ásia e na América Latina. Por esta razão, também, a população indígena no Leste-Centro-Sul da África sofreu um desenvolvimento de subdesenvolvimento acentuadamente mais severo do que regiões da África Ocidental (embora não muito mais do que sofreram os habitantes indígenas da América do Norte e Oceânia).

O primeiro problema que os europeus encontraram ao tentarem instalar uma economia de exportação — ou qualquer tipo de economia — nessa parte da África foi assegurar um suprimento de mão-de-obra e eliminar ou controlar a rivalidade entre fontes indígenas de emprego e de produtos agrícolas competitivos. A principal solução que os europeus adotaram, do leste ao sul da África, foi, em essência, a mesma que os espanhóis haviam lançado mão na América Latina no século XVI e que seus descendentes haviam acabado de empregar na América Latina na metade e no final do século XIX: destituir a população indígena de suas terras. Ao negarem aos africanos o controle sobre os principais meios de produção em sua economia indígena, a metrópole e os colonos forçaram, naturalmente, uma mudança total no modo de produção e na organização social da sociedade indígena, e obrigaram seus membros a participarem no desenvolvimento de um novo modo de produção do qual os colonos e a metrópole seriam os principais beneficiários. Woddis (7-9) explica:

Apenas uma proporção muito pequena da terra reservada para os europeus foi, de fato, utilizada por eles. Qual é a causa deste aparente mistério? (...) A causa disto, e da apropriação em grande escala de terras na maior parte da

África, foi dupla: impedir o camponês africano de se tornar um concorrente do fazendeiro ou proprietário de *plantation* europeu, e empobrecer o campesinato africano a tal ponto que a maioria dos homens adultos fossem compelidos a trabalhar para os europeus, nas minas ou nas fazendas (...) *Em resumo, um objetivo principal da política fundiária européia na África foi assegurar trabalho barato para as minas e fazendas européias (...) Deste modo, não apenas o enriquecimento dos europeus mas o deliberado empobrecimento dos africanos tornou-se uma pedra angular da política oficial.* (itálicos do original)

Embora isto também acabasse sendo o resultado natural do desenvolvimento capitalista colonial, se tivesse uma oportunidade para começar a se desenvolver, incontáveis documentos oficiais não deixam dúvidas de que a metrópole e os colonos, consciente e deliberadamente, usaram — e ainda usam — instrumentos políticos coercitivos, tal como mais recentemente as leis do passe, primeiro para assegurar o início e depois a aceleração e a manutenção deste processo do desenvolvimento de subdesenvolvimento. Dois outros instrumentos, apontados por Rosa Luxemburgo em sua síntese teórica e relatados por incontáveis estudiosos da África, tais como Woddis, Padmore, Schapera e até por várias comissões reais, também foram usados não apenas em seu próprio direito mas para reforçar o primeiro instrumento citado, onde houvesse necessidade: taxas e outros meios de monetizar a economia. A capitação ou taxa por cabeça, que era pagável em dinheiro — ou, na falta deste, em trabalho forçado — que só podia ser ganho trabalhando para os europeus como assalariado. E a introdução de mercadorias produzidas na Europa deu à tendência resultante um impulso adicional.

Estas medidas se reforçaram mutuamente, ainda mais na medida em que os europeus se apropriavam sistematicamente das melhores terras e expulsavam maciçamente os africanos para as terras pobres, incapazes de alimentar a população e logo esgotadas pelas safras excessivas. O resultado inevitável foi o acelerado desenvolvimento de subdesenvolvimento através da intervenção de vários fatores adicionais, o principal dentre eles sendo o trabalho migratório em proporções inimagináveis em outras épocas e locais, com a exceção talvez do próprio tráfico de escravos, mas incluindo-se até mesmo as migrações de trabalho forçado do *repartimiento* para as minas mexicanas e peruanas

do século XVI ao XVIII. O Relatório Rural Keiskammahock informa:

Os habitantes deste distrito são (...) considerados como dependentes dos salários dos emigrantes para sua própria sobrevivência, e é a pobreza que os obriga a sair para trabalhar. Mas este êxodo é em si mesmo uma causa potente da perpetuação da pobreza em casa, pois a ausência de tantas pessoas na flor da idade inibe o progresso econômico e certamente é responsável em grande medida pela baixa produtividade agrícola do distrito. Em muitos casos a terra não é arada pelo simples motivo de que não existe ninguém para fazer o cultivo (...) A análise superficial das condições econômicas nos vinte e cinco distritos restantes (...) sugere que o quadro surgido deste levantamento econômico de Keiskammahock, um quadro de superpopulação, estocagem excessiva, miséria, emigração em massa, cultivo ineficiente da terra e destruição de pastos e do solo é, apenas com modificações menores, verdadeiro para uma vasta área (...) (apud Woddis, 26-8)

Um relatório das Nações Unidas resume o processo geral: “onde o trabalho migrante foi extraído em grandes proporções de economias agrícolas indígenas, o resultado freqüente foi um efeito deletério na produção e nas práticas de cultivo, dando origem a um círculo vicioso no qual o escoamento da mão-de-obra reduz a produtividade, e a produtividade decrescente aumenta ainda mais a pressão sobre os trabalhadores para que procurem um emprego assalariado” (apud Woddis, 24). Um importante “produto primário” de exportação de Moçambique, e uma importante fonte de divisas estrangeiras para Portugal, ainda é o de meio milhão de trabalhadores que emigram todo ano para a República da África do Sul. Ao traçar suas conclusões, Basil Davidson (85) dificilmente pode ser acusado de exagero: “Este movimento multilateral, repetido ano após ano, teve profundas conseqüências sociais e de nenhuma delas pode-se dizer ter sido boa”.

Este acelerado desenvolvimento de subdesenvolvimento não afetou, evidentemente, todas as regiões da mesma forma. Apesar de tudo, é certamente um crédito para os africanos do Leste e do Centro da África terem sido capazes de resistir a este “desenvolvimento”. Contudo, onde eles resistiram e foram bem sucedidos,

o resultado também foi a ruína deles; pois o sucesso mesmo com que responderam às pressões impostas pelos europeus fez com que estes usassem poderes adicionais para forçar os africanos ao subdesenvolvimento. Por exemplo, no *Sétimo relatório anual da câmara de minas da Rodésia*, o presidente observou em 1902: “Com esta forma barata de trabalho [familiar] ao seu dispor, juntamente com o fato de que, considerando que ele viva em Reservas Nativas, não tenha aluguel a pagar e que suas taxas sejam reduzidas a um mínimo, o nativo é capacitado ano após ano a produzir grande quantidade de cereais, que é no devido momento adquirida pelo comerciante e, eventualmente, a um preço maior pelo proprietário de mina e, de fato, ele continua ano após ano a tornar-se mais afluente, menos inclinado a fazer qualquer trabalho por si mesmo e a começar a concorrer com êxito com o homem branco no mais importante dos artigos, isto é, os cereais. Gostaria de sugerir que uma solução pode ser encontrada de duas maneiras, a saber, através da taxação e da adoção de um sistema cooperativo de cultivo pelo proprietário de mina” (apud Arrighi, 45). Depois de notar que os africanos na União também estavam ameaçando concorrer com êxito com os europeus não apenas como fazendeiros mas também como trabalhadores especializados, Frankel (26) conclui: “Em outras palavras, se os níveis de renda europeus continuarem a ser ameaçados, os trabalhadores europeus, tendo suficiente poder político, insistiriam em medidas artificiais para mantê-los, mesmo se, ao agirem assim, retardassem a taxa de crescimento da renda nacional. E foi precisamente isto o que aconteceu...” De forma similar, Arrighi (30) relata que em resposta ao desafio dos produtores africanos na Rodésia, “através do período em consideração, o governo continuou a ter papel importante no enfraquecimento da capacidade do campesinato africano de participar do mercado de produtos naturais...” Como resultado,

enquanto a venda de produtos agrícolas constituía 70% do total de ganho em dinheiro da população africana indígena no começo deste século, ela era responsável por menos do que 20% de tais ganhos em 1932 (...) Como o campesinato africano começou a ser afetado por escassez de terras, a produção de um excedente comercializável por parte deles tendeu a tornar-se “impossível”, e não apenas “não-econômico”, e um retorno ao *status quo ante* dos preços relativos de produtos agrícolas não restauraria sua capacidade

anterior de participar na economia monetária através da venda de produtos agrícolas. É principalmente por esta razão que a importância acentuada dos ganhos em dinheiro depois de 1920 deve ser considerada como em grande parte "irreversível" em lugar de "cíclica" (...) Estamos agora em posição de explicar porque, depois do início da década de 1920, a receptividade africana às oportunidades de empregos assalariados aumentou continuamente, a despeito dos salários reais estarem ou não subindo, caindo ou permanecendo constantes. Nossa análise mostrou que esta tendência deve ser referida ao caráter cada vez mais "necessário" da participação africana na economia monetária e ao aumento constante no correlato custo adicional para participar no mercado de produtos agrícolas, que era por sua vez resultado do desenvolvimento da agricultura capitalista e do padrão de absorção de excedentes do setor campestre. (Arrighi, 30, 26-7, 32)

A depressão metropolitana, que causou a diminuição de empregos nas minas africanas, evidentemente forçou muitos africanos ao desemprego e a dependerem novamente da terra. Mas, nesse momento, a falta de recursos produtivos na agricultura e muitas vezes a transformação da estrutura social da sociedade rural indígena não permitiam mais a absorção produtiva deste trabalho ou a produção de um nível de vida adequado. Portanto, sua análise do desenvolvimento de subdesenvolvimento leva Arrighi (33) à mesma conclusão a que chegamos a respeito da América Latina colonial e que Geertz chegou em sua análise da Indonésia. "Uma análise da oferta de trabalho africano numa perspectiva histórica invalidou portanto (...) a interpretação [dualística] (...) do desenvolvimento da força de trabalho assalariada africana na Rodésia. Por um motivo, o dualismo na Rodésia (isto é, a diferença tecnológica, econômica e política entre as duas raças) era menos um "estado original" progressivamente reduzido pela força do mercado, do que o resultado do desenvolvimento do próprio capitalismo." E Arrighi também continua para enfatizar outra conclusão que é consistente com a de Luxemburgo e com nossa análise da experiência de outros autores do desenvolvimento de subdesenvolvimento: "As forças do mercado não favorecem *ab initio* o desenvolvimento capitalista. Os salários reais permaneceram em um nível que promoveu a acumulação capitalista não em razão das forças de oferta e procura,

mas em razão dos mecanismos político-econômicos que asseguraram a oferta "desejada" na taxa salarial "desejada". Antes que a determinação das taxas salariais e da taxa de acumulação pudesse ser deixada "seguramente" às forças de mercado, o sistema capitalista rodésiano tinha que sofrer o processo de 'acumulação primária' (...)" (Arrighi, 33). Deste modo, os fatores fundamentais do desenvolvimento capitalista mundial de subdesenvolvimento, que encontramos na América Latina, Ásia e Oriente Médio, estavam igualmente em operação nos séculos XIX e XX.

5. O Imperialismo na América Latina

O que é distinto na América Latina nesse período, em comparação com a maior parte da Ásia e da África, é que os latino-americanos tinham apenas recentemente ganho, em vez de perdido, sua independência formal e que a mantiveram através do terceiro estágio de acumulação capitalista mundial e desenvolvimento e subdesenvolvimento capitalistas. E, o que é extraordinário, a despeito desta e de outras diferenças importantes em relação a outros continentes — ou dentro da própria América Latina — é o quão fundamentalmente similar foi a formação do modo de produção e o desenvolvimento de subdesenvolvimento na América Latina a estes processos na Ásia e na África. Portanto, em nossa revisão da experiência latino-americana, é instrutivo dedicarmos especial atenção à grande (e crescente) dependência econômica, política e ideológica das burguesias latino-americanas e dos seus Estados "independentes" em relação à metrópole. Em nossa análise do segundo estágio da acumulação mundial de capital, já observamos de que modo as burguesias latino-americanas — depois de derrotarem os inimigos dentro de sua própria classe e das outras — voluntária e entusiasticamente adotaram a doutrina e a política do livre-comércio, a qual as potências metropolitanas muitas vezes tiveram que impor pela força em outras regiões. Um outro exemplo deste tipo de colaboração burguesa latino-americana no processo de acumulação de capital e desenvolvimento capitalista foram as medidas políticas de mudança social — e de conseqüências econômicas abrangentes — iniciadas no interior de muitas das sociedades nacionais depois da metade do século XIX: as reformas liberais.

As reformas liberais na América Latina da metade do século XIX são realmente interpretadas — pelos próprios liberais e seus descendentes ideológicos — como uma transformação fundamental da sociedade doméstica, estimulada por uma onda de esclarecimento ideológico vinda da metrópole. A influência metropolitana é inegável, mas não foi simplesmente ideológica ou cultural. E a aceitação latino-americana desta ideologia, como a do livre-comércio um pouco antes, não foi devida simplesmente à lógica, ou atração inata, das idéias liberais. Pelo contrário, as reformas liberais eram ainda outra instância importante da transformação da estrutura econômica, política, social e cultural latino-americana e de uma mudança na orientação política como resposta às mudanças no relacionamento capitalista colonial com a metrópole. Não se trata de um acidente o fato de as reformas liberais ocorrerem na América Latina ao mesmo tempo que novas necessidades metropolitanas aceleravam abruptamente a produção e a exportação de matérias-primas latino-americanas para a metrópole, e não quando as idéias liberais tinham, algum tempo antes, chegado pela primeira vez de além-mar. As reformas liberais não se dirigiam simplesmente à influência conservadora da Igreja Católica e dos seus adeptos ultradevotos. As reformas liberais encamparam tanto as terras da Igreja quanto as das comunidades índias. Santificada pela suposta superioridade da propriedade privada sobre a propriedade corporativa da Igreja e a propriedade comunal das comunidades índias, ambas foram destituídas de suas terras em grau muito maior do que na época colonial espanhola; e a terra foi concentrada rapidamente em poucas mãos particulares, e logo depois em mãos de corporações “privadas” domésticas e estrangeiras. A perda maciça de suas terras — como nas regiões de povoamento branco na África logo após — forçou a população indígena a trabalhar como peões nas empresas agrícolas de exportação e mineradoras, que se expandiam rapidamente.

A reforma liberal ocorreu em épocas diferentes nos diversos países. Podemos arriscar a hipótese talvez um tanto super-simplificada de que a reforma liberal de captura do poder estatal pelos liberais e a implementação de suas diretrizes político-econômicas liberais em qualquer país particular não ocorreram simplesmente quando as idéias liberais lá chegaram, mas quando a nova monoprodução para exportação de café, açúcar, carne, trigo, algodão, estanho, etc., tinha-se expandido o suficiente para responder por, digamos, 50% do total das exportações

nacionais. Embora algumas pessoas possam ter desejado por longo período a reforma liberal por razões ideológicas, é esta expansão, estimulada pela metrópole, da produção latino-americana para exportação que em cada país deu a certos setores da burguesia o motivo político e econômico e o poder para empreender a reforma liberal. E foi então que os liberais converteram a palavra “feudalismo” em uma bandeira vermelha de combate aos seus oponentes conservadores. Até onde vai meu conhecimento, esta hipótese não foi testada por não ter sido proposta anteriormente. Mas o exame da experiência histórica na América Central parece confirmá-la provisoriamente.

Na Guatemala, por exemplo, a produção de café começou em 1856; em 1875, o café já era o principal produto de exportação; e a revolução liberal ocorreu em 1871-1873. Em El Salvador o café tornou-se o principal produto de exportação em 1880, e a revolução liberal ocorreu em 1885. Ainda, na Costa Rica, onde o café já se havia tornado o principal produto de exportação antes de 1860, a ditadura liberal começou em 1858 e perdurou até 1868. Em contraste, Honduras nunca se tornou um importante exportador de café; e lá a tentativa de uma revolução liberal fracassou completamente, e quando as reformas liberais foram introduzidas em 1876, elas o foram em escala muito pequena. E na Nicarágua, que nunca se tornou um exportador importante, mas que no final do século oferecia a rota mais provável para o canal interoceânico (antes de ser finalmente construído no Panamá), a revolução liberal ocorreu em 1892. Os preços das exportações e das terras já haviam começado a subir em 1851, no México, antes que a reforma liberal mais famosa de todas começasse em 1857 (Torres, 21-50).

Em cada um destes casos, evidentemente, a reforma liberal serviu para acelerar o próprio processo econômico que lhe deu nascimento. Uma vez no poder, os antigos liberais associaram-se cada vez mais com o capital estrangeiro e o comércio da metrópole imperialista em desenvolvimento, que era e é seu aliado natural. Se esta aliança colonial e política doméstica criaram graves problemas econômicos de subdesenvolvimento, que geraram tensões políticas nos países e que exigiam a dominação através da repressão política ditatorial, foram os próprios liberais — que apenas um pouco antes haviam combatido os conservadores em nome da liberdade — que agora eram os primeiros a recorrer à repressão em benefício dos próprios interesses, como foram os casos mais notórios do México de Porfirio Díaz e das

repúblicas cafeeiras, açucareiras e bananeiras da América Central e do Caribe. (Para mais detalhes ver Frank, 1972, capítulo 5.)

A nova demanda metropolitana por matérias-primas e os lucros latino-americanos com a produção e exportação delas atraiu o capital público latino-americano para a expansão da infra-estrutura necessária para esta produção a ser exportada. No Brasil, Argentina, Paraguai, Chile, Guatemala e México (até onde vai o conhecimento do autor, mas provavelmente também em outros países), o capital doméstico ou nacional construiu as primeiras ferrovias destes países. No Chile, abriu as minas de nitrato e de cobre, que iriam tornar-se o principal fornecedor mundial de fertilizante comercial e de cobre; no Brasil, as plantações de café, que supriram quase todos os lares do mundo, e de maneira semelhante em outras partes. Somente depois que provou ser um negócio em expansão — e depois que a Inglaterra teve que encontrar saídas para seu aço — é que o capital estrangeiro entrou nestes setores e também assumiu a propriedade e a administração destas empresas inicialmente latino-americanas comprando — muitas vezes com capital latino-americano — as concessões destes nativos.

Na América Latina, o mesmo comércio e finanças imperialistas fizeram mais do que aumentar o volume de produção, comércio e lucro, ao acumular ali aproximadamente US\$ 10 bilhões de capital de investimento. A metrópole imperialista usou seu comércio e financiamento externos para penetrar na economia latino-americana de modo muito mais completo e para usar o potencial produtivo da última de modo muito mais eficiente e exaustivo em benefício do desenvolvimento metropolitano do que a metrópole colonial jamais foi capaz de fazer. Como Rosa Luxemburgo observou a respeito de um processo semelhante no Oriente Médio, “despidas de todos os vínculos obscurecedores, estas relações consistem no simples fato de que o capital europeu absorveu a economia campesina egípcia. Enormes faixas de terra, trabalho e inumeráveis produtos do trabalho, revertendo ao Estado na forma de taxas, foram ao final convertidos em capital europeu e acumulados” (Luxemburgo, 438).

Na realidade, o imperialismo na América Latina foi além disso. Não apenas se utilizou do Estado para invadir a agricultura; encampou quase todas as instituições econômicas e políticas com o intuito de incorporar a economia inteira no sistema imperialista. Os latifúndios cresceram em ritmo e proporções

desconhecidas em toda a história anterior, especialmente na Argentina, Uruguai, Cuba, México e América Central. Com o auxílio dos governos latino-americanos, os estrangeiros chegaram a possuir — geralmente por quase nada — faixas imensas de terra. E onde não conseguiam a terra, obtinham seus produtos de qualquer modo, pois a metrópole também encampou e monopolizou a comercialização dos produtos agrícolas e da maior parte dos outros. A metrópole assumiu o controle das minas latino-americanas e expandiu sua produção, algumas vezes esgotando em poucos anos recursos insubstituíveis. Para extrair estas matérias-primas da América Latina e para introduzir ali seus equipamentos e mercadorias, a metrópole estimulou a construção de portos, ou ferrovias, e teve que fazer a manutenção de todo este sistema de serviços públicos. A rede ferroviária ou a de eletricidade, longe de ser uma rede, era radial e ligava o interior de cada país e algumas vezes de vários países com o porto de entrada e saída, o qual por sua vez estava ligado à metrópole. Hoje, oitenta anos mais tarde, muito deste padrão de importação-exportação ainda permanece, em parte porque as ferrovias ainda estão instaladas daquela forma, e o que é mais importante, porque o desenvolvimento político, econômico e urbano, orientado para a metrópole, que o imperialismo do século XIX gerou na América Latina, levou à formação de interesses de classe que tentaram, e com o apoio metropolitano conseguiram, manter e expandir este desenvolvimento de subdesenvolvimento latino-americano durante o século XX.

A dependência e a crescente fraqueza da burguesia latino-americana em relação à metrópole durante esse período foi notada por muitos observadores, embora possam enfatizar diferentes aspectos dela. Por exemplo, Marini (6) escreve: “a economia de exportação latino-americana expande-se como jamais o fez anteriormente. Este crescimento, apesar de tudo, é marcado por uma acentuação da sua dependência para com os países industrializados”. Córdoba (VIII, 32) argumenta: “a classe capitalista nacional tem suas origens na burguesia comercial tradicional, em alguns grupos de proprietários de terra enriquecidos e no estrato de funcionários públicos de alto nível, conhecido como a ‘burguesia burocrática’, que se utilizava das vantagens do poder político como um meio de acumulação (...) Quando a burguesia comercial se tornou fundamentalmente uma burguesia importadora, ela se torna o braço direito doméstico do capitalismo monopolista mundial, que lhe permite parti-

cipar como parceiro menor na distribuição dos lucros (...)” Halperin (280, 282) observa: “Em 1880 — acrescente ou subtraia alguns poucos anos — o avanço em quase toda a América Espanhola de uma economia primária e de exportação significa a substituição finalmente consumada do pacto colonial imposto pelas metrópoles ibéricas por um novo pacto colonial (...) a ordem neocolonial (...) [introduz] uma tendência mais geral: o enfraquecimento das classes de grandes proprietários de terra, a despeito do apoio de que dispunham na estrutura política, comercial e financeira local, em relação aos emissários das economias metropolitanas”. No seu livro dedicado ao Estado nacional — uma das poucas obras sobre este importante e negligenciado tópico — Kaplan enfatiza:

Um dos fatores que explicam o papel predominante do Estado na América Latina é precisamente a necessidade de ajustar, ordenar reciprocamente e manter em equilíbrio precário os elementos heterogêneos e divergentes que compõem o desenvolvimento desigual e combinado (...) [Apesar disso] o Estado age sobre a direção, estrutura e funcionamento da atividade econômica e do sistema social para permitir e assegurar a operação bem sucedida do modelo de desenvolvimento dependente (...) O setor produtivo-exportador primário (...) é mantido sob controle (...) A disponibilidade dos recursos produtivos para o setor agrícola-minerador de exportação é mantida e expandida (...) a propriedade é inviolável (...) O Estado assume a tarefa de ampliar as fronteiras internas (...) dos espaços abertos (...) ou habitados por tribos indígenas (...) Uma das funções mais importantes do Estado neste estágio é precisamente impedir o acesso dos trabalhadores indígenas, *criollos** e imigrantes aos seus próprios meios de produção (...) O Estado auxilia na acumulação doméstica de capital (para certas finalidades) e atrai fundos estrangeiros (...) O Estado constrói e opera obras e serviços públicos (...) ou outorga concessões, garantias, subsídios e outros incentivos para companhias estrangeiras, que através deles têm assegurados altos lucros (...) Os benefícios desta intervenção estatal vão para os pro-

* Tanto o branco, nascido na América ou Caribe, filho de pais europeus, como o negro nascido na América, em oposição ao negro africano.

prietários de terras, mercadores, investidores, especuladores, intermediários e advogados das grandes companhias (...) (Kaplan, 174, 197-201)

Ceceña (79-80) observa que, no México, “durante o governo do general Porfirio Díaz (1876-1911), o capital estrangeiro penetrou profundamente na economia mexicana (...) Não promoveu o desenvolvimento de uma burguesia mexicana independente (...) Altos funcionários do governo, inclusive ministros do gabinete do general Díaz, tinham estreitos vínculos com investidores estrangeiros (...) Alguns governadores estaduais, membros do Congresso e representantes da burguesia (...) participavam de firmas estrangeiras e também tinham investimentos em bancos, indústrias, minas, comércio, etc., e ao mesmo tempo eram grandes proprietários de terras”. Não apenas as pesquisas recentes, mas também o testemunho contemporâneo confirma isto: o próprio presidente do México, general Porfirio Díaz, disse: “visto que sou o responsável pelo investimento de centenas de milhões de dólares de capital estrangeiro em meu país, acho que devo permanecer no posto até que possa garantir um sucessor competente” (apud Cosío Villegas, VII, 1183). Uma geração mais tarde, o ministro do Tesouro da Argentina, Federico Pinedo, declarou francamente: “Se ter sido advogado das ferrovias, companhias de bonde, bancos, companhias de eletricidade, companhias de navegação e de seguros, dos mercadores de cereais e dos grandes consórcios industriais e financeiros que foram estabelecidos neste país por argentinos e estrangeiros, significa ser vendedor da pátria, então vendedores da pátria teriam sido também aqueles argentinos preeminentes que nas gerações anteriores foram, pelo mérito de suas capacidades profissionais, convidados para servir estas firmas, e alguns dos quais agora têm monumentos construídos em memória dos seus eminentes serviços prestados ao país. Quase todas as firmas nas quais tive a honra, em uma ou outra época, de participar ou servir como profissional, foram em alguma época clientes do escritório de advocacia do meu pai, que foi sócio dos presidentes argentinos, doutores Pellegrini e Saens Peña (...)” (o primeiro deles, como observamos acima, “serviu” seu país muito bem na década de 1890, através de uma política muito diferente daquela da Austrália). (Apud Parera Dennis, 14.)

Embora esta evidência testifique a dependência cada vez mais profunda das burguesias latino-americanas, e uma sub-

missão cada vez maior, em relação à metrópole e ao processo de acumulação mundial de capital no seu terceiro estágio, também é importante notar as diferenças entre um país e outro. Como foi enfatizado por Cardoso e Faletto, os países —principalmente os dedicados à mineração e à agricultura tropical, embora em alguns casos ao cultivo de café também — nos quais os principais meios de produção do setor exportador estavam nas mãos de estrangeiros, sofreram (com a exceção, talvez, do Chile) um enfraquecimento muito maior de suas burguesias, um nível menor de acumulação doméstica de capital e de diversificação da estrutura produtiva e uma sociedade mais polarizada do que aqueles, como a Argentina, o Uruguai e o Brasil, onde pelo menos a produção, embora não a comercialização, do produto primário de exportação permaneceu sob propriedade nacional (ou retornou parcialmente a ela com a revolução, como no México). O volume relativamente maior de excedente a ser investido disponível e o maior controle nacional sobre seu uso possível, nestes últimos países, permitiu maior crescimento da renda nacional e/ou maior diversificação, e proporcionou às burguesias destes países possibilidades muito maiores para aproveitarem a guerra e as oportunidades criadas pela depressão para a expansão da indústria de substituição das importações na primeira metade do século XX. Entretanto — embora isto esteja além do âmbito temporal deste livro — torna-se agora evidente que nem mesmo estes países foram capazes de “decolar” em um desenvolvimento econômico capitalista e nacional auto-sustentado, a despeito destas circunstâncias relativamente favoráveis. Os outros países na América Latina — e na Ásia e África colonializada — foram evidentemente ainda menos capazes de alcançar tal desenvolvimento.

A razão para o fracasso até destes países com menor desvantagem para alcançar o desenvolvimento capitalista nacional, ou para escapar do desenvolvimento cada vez mais acelerado de subdesenvolvimento, a despeito das suas taxas de crescimento, está na transformação de toda a economia capitalista mundial e dos modos de produção em toda a Ásia, África e América Latina (com a exceção significativa do Japão) durante o terceiro estágio da acumulação mundial de capital e do desenvolvimento capitalista, o qual excluiu definitivamente todas as possibilidades futuras de que estas economias alcançassem quantitativa e qualitativamente a acumulação de capital cumulativa, e condenou como sem esperanças todas as aspirações políticas das suas bur-

guesias “nacionais” — caso elas cheguem a existir de alguma forma — de promover o desenvolvimento econômico dentro dos, atualmente, *estritos* limites do modo de produção capitalista nacional (e mesmo estatal) na era do neo-imperialismo.

Para complementar esta análise do desenvolvimento de subdesenvolvimento na Ásia, Oriente Médio, África e América Latina através dos seus modos de produção “internos” e dependentes durante o período imperialista clássico, examinaremos aspectos importantes das relações “externas” de troca destes continentes e especialmente o significativo excesso de comercialização de exportações em relação às importações como um fator essencial do desenvolvimento desigual no capitalismo mundial — e o subdesenvolvimento destes continentes como a base da acumulação em outros locais — durante este mesmo (terceiro) estágio imperialista do desenvolvimento capitalista. Esta estrutura e processo do imperialismo são examinados no capítulo 7, a seguir.